

A PRAÇA DE GIRALDO E O SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE – ÉVORA, PORTUGAL

FILOMENA MONTEIRO¹
MARIA DO CÉU TERENO²

¹ Arquitecta, Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura, Câmara Municipal de Évora.

² Professora Auxiliar, Departamento de Arquitectura, Universidade de Évora.

A cidade de Évora situa-se numa região com nítidas e frequentes marcas de populações que em épocas mais longínquas a povoaram (fig. 1). Estruturas megalíticas de maior ou menor porte, paralelamente aos restos de artefactos, são as mais frequentes provas de tais culturas¹.

Na cidade, o período distante a que remontam tais influências e o facto de a urbe ter sido, ao longo de sucessivos séculos, alvo de povoamentos diversos que se sobrepuseram no mesmo espaço físico, torna de difícil determinação qualquer legado urbano.

É a partir da ocupação romana que esses sinais são mais nítidos, sendo inequívoco que o núcleo populacional terá sido significativamente reconfigurado, influenciado pela cultura preponderantemente urbana dos seus ocupantes. A cidade assumiria então, embora condicionada pela topografia, as orientações de Vitruvius para qualquer urbe do Império.

Com a chegada dos romanos, a população local vê-se confrontada com uma cultura e economia bastante distintas das até então vigentes no território.

Em algumas das cidades, com melhores condições, como era o caso de Évora, vieram povoadores da região de Roma que aqui se estabeleceram. Famílias com hábitos culturais requintados, que introduziram níveis de vida muito superiores aos até então conhecidos. Vastas *villas* rústicas erigiram-se em redor de alguns núcleos urbanos, revelando o bom gosto das famílias proprietárias, que desenvolveram os terrenos mais propícios com a produção cerealífera.

A utilização de trabalhos em mármore finamente esculpido, de mosaicos multicolores, jogos de água, estuques pintados, assim como outros requintes construtivos, patentes ainda hoje em diversas ruínas romanas, permitem-nos avaliar os níveis estéticos que os novos habitantes introduziram no território².

Os equipamentos públicos magníficos³, a regularidade no traçado urbano⁴ e a magnitude das ruas⁵ foram essenciais, à época, para definir a nova imagem urbana. Os equipamentos públicos que igualmente erigiram, quer em especificidade quer em grandiosidade, terão dado localmente uma amplitude diferente à maneira de encarar a vida urbana.

As cidades, planeadas e construídas de raiz, ou remodeladas segundo a maneira de viver romana, introduziram regras de higienização pública desconhecidas dos habitantes autóctones. Não obstante tratar-se de povos de outras terras, o período de tempo que activamente estiveram no nosso território, nomeadamente em Évora, contribuíram, no mínimo, para uma maior abertura ao exterior e uma dinamização da economia.

As vias militares⁶ daqui irradiadas, assegurando ligações rápidas e seguras às mais distantes regiões então fazendo parte do império romano permitiram desenvolvimento económico e dinamismo cultural.

É desta época a génese reticulada inerente à malha urbana da cidade, o arco da porta de D. Isabel, algumas colunas, respectiva base e tanques envolventes do templo, balneários e pontualmente torres e troços de muralha.

Pelas escavações que se vão realizando, e através dos sucessivos e dispersos achados arqueológicos, entende-se que existe muito que se desconhece. As escavações na Casa da Rua de Burgos, dividida pela muralha, e as mais recentes, na Rua Vasco da Gama, provam-nos que muito pouco continuamos a saber sobre a globalidade da urbe que durante tanto tempo foi construída e vivida com romanos⁷.

Da influência goda na urbe eborense ainda menos de concreto se conhece. Com técnicas construtivas e modo de vivência muito distintas das dos romanos, terão necessariamente adaptado a cidade à sua mentalidade.

O sistema defensivo amuralhado herdado terá sido completado, reforçado e pontualmente remodelado, garantindo uma eficaz protecção à população em tempos de guerrilhas constantes entre povos invasores. Muitas destas obras defensivas, essenciais para a época, foram executadas com o material pétreo retirado dos imponentes equipamentos públicos romanos, despropositados para a cultura nórdica dos novos senhores da cidade.

Nos quase cinco séculos que dominaram a urbe terão, numa fase final, já de pacificação do território, ocupado grande parte da área envolvente ao que se pressupõe ter sido o primitivo núcleo amuralhado⁸.

Urbanisticamente, muito pouco se conhece do que perdurou de tal cultura nórdica, pensando-se contudo que estes terão utilizado todos os edifícios romanos adaptando-os, sem modificações de vulto, a uma vivência específica, mais elementar e rude. Nas áreas novas de expansão urbana as suas construções seriam, organizativamente, de forma simples, e erigidas com material pétreo irregular sobreposto⁹.

A estrutura urbana romana ter-se-á mantido, com a ocupação progressiva de todos os edifícios, devido ao crescente aumento populacional¹⁰. Com o passar dos séculos, muitos deles ter-se-ão sucessivamente degradado por falta de interesse na sua conservação. Contudo, pensa-se que terão sido mais os povos invasores a adaptarem-se ao existente, modificando-o pontualmente por necessidades prementes de defesa. A fusão, incentivada pelos chefes, entre as populações autóctones e as invasoras, permite-nos antever um espírito de abertura relativamente a novos usos e costumes¹¹. Tal fusão, de início pouco aceite pelos autóctones, devido à religião ariana dos invasores, foi mais conseguida a partir de finais do século VI, depois da conversão ao cristianismo do rei godo Ricaredo¹².

As antigas vias militares romanas terão subsistido devido à especificidade do método construtivo utilizado (fig. 2). A cidade ficava assim ligada a outras urbes igualmente de domínio visigótico, nomeadamente a Toledo, cidade peninsular principal.

Do período muçulmano¹³, e logo após a conquista da cidade, Amador Patrício escreve que “El Rey logo começou a fortalecer a cidade de Évora com algumas torres de novo, acrescentando muitas casas, e não se contentando de morar nos Paços [...] quis fazer outros de novo junto às casas de Sertório, que era hmas dos Mascaranhas, família antiga [...] e sendo agora desbaratados pelos Mouros, vivem pobremente como os mais Christãos [...]. A Mesquita era onde ao presente está o açougue de carne, junto à Inquisição como está dito. Também tinham outra mesquita, onde agora he a Câmara da cidade, e aqui era a propria livraria dos Mouros, onde se punha tudo, o que acontecia nos livros e papéis”¹⁴.

Durante os séculos VI a VIII¹⁵, com a ocupação do território por parte de povos nórdicos, toda a vida urbana e económica sofreu um declínio acentuado (fig. 3).

A destruição e morte que tais invasores provocaram numa primeira fase, foram sendo atenuados com a progressiva assimilação da cultura dos povos autóctones e com o apaziguamento das relações entre as diferentes facções exteriores, rivais. A crueldade inicial foi também sendo ultrapassada, em parte, pela nova crença religiosa, quando, em finais do século VI, se verificou a conversão ao cristianismo do rei Recaredo¹⁶.

Devido à diminuição substancial da população, muitos dos anteriores núcleos urbanos semidestruídos pelas guerras foram totalmente arrasados e despovoados, no intuito de se impedir a instalação de focos de população revoltosa.

Com o passar do tempo tais aglomerados foram esquecidos ou, quando situados em pontos fulcrais de cruzamento de vias, reconstruídos e repovoados, como no caso de Évora. Os silhares de muitos dos antigos e imponentes edifícios públicos do tempo do domínio romano terão sido reaproveitados nessas reconstruções.

Em épocas mais conturbadas de escaramuças entre rivais, igualmente eram erigidas, com pedra reaproveitada, ou existindo matéria-prima nas proximidades esta toscamente talhada, muralhas defensivas que fortificavam as urbes mais expostas¹⁷.

Durante os séculos VIII a XII¹⁸, com a invasão por povos muçulmanos provenientes do Norte de África, os núcleos urbanos, em especial as antigas cidades de ocupação romana, sofreram uma época de novo incremento económico. Évora foi exemplo disso, logo após a sua posse, visto situar-se em local privilegiado, a meio caminho entre Badajoz e um porto marítimo¹⁹.

A descrição efectuada, pelo geógrafo muçulmano Edrici permite-nos entender hoje os atractivos, e mesmo fascínio, de um povo oriundo do deserto por um local como esta cidade, onde “o território que a rodeia é de uma fertilidade singular; produz trigo, gado e toda a espécie de frutas e hortaliças. É um lugar excelente, donde o comércio é vantajoso, quer de exportação, quer de importação...”²⁰.

Assim que Évora entra na posse dos cristãos, imediatamente D. Soeiro passa a assumir o lugar de bispo da cidade, assinando como tal logo no ano de 1166²¹. A sua diocese seria contudo uma das mais pobres do reino, devido às constantes guerras que antecederam a tomada da cidade²².

É por esta data que o rei D. Afonso Henriques envia para Évora soldados cavaleiros com a missão expressa de defenderem a cidade de novas investidas muçulmanas²³. Escolheram para viver, em comunidade e regular observância, “no pôsto que dêles ainda hoje se nomeia de Freiria e tendo igreja consagrada a S. Miguel”²⁴.

Na recém conquistada cidade de Évora, a partir desta data, os poderes da Igreja e Monarquia reforçam-se mutuamente através das mais diversificadas acções, algumas das quais se referem: – D. Afonso Henriques, antes de falecer, em 1185, fez doação ao Bispo de Évora, Cónegos e Sé, de todas as quintas e fazendas que para si reservara no termo da cidade, enquanto a estes freires deu “a vila de Coruche” e os “castelos e palácios que tinha próprios na cidade e em que pousava”²⁵.

– Em 1186, ou seja 20 anos após a reconquista da cidade de Évora, no sexto ano do bispado de D. Paio, e imediatamente após esta importante doação do rei, é lançada a primeira pedra para a construção do edifício da Sé, consagrado a Nossa Senhora, e sagrado após 18 anos (1204)²⁶.

– É já durante o reinado de D. Sancho I que os mouros investem novamente contra a cidade, destruindo-lhe os campos de cultivo mas “por ser tão fortificada e bem defendida não se encostaram a ela”²⁷. Novamente o rei, como recompensa, faz legados importantes aos cavaleiros militares da cidade, que aqui se fixam.

O Sul do país, desde sempre com um povoamento mais concentrado e um reduzido número de núcleos urbanos, assumiu uma maior permeabilidade às sucessivas ocupações de que o território foi alvo, tendo sido a zona do país que durante mais tempo sofreu influências culturais externas.

Uma costa marítima extensa, uma ampla planície, rica para a produção agrícola e um subsolo com grandes potencialidades para a extracção de minérios potenciaram desde épocas remotas o intercâmbio entre civilizações continentais e colónias marítimas de povos muito diversos que, pontualmente, aí se instalaram.

A partir do século XII, com o avanço da Reconquista, concretizada por parte dos cristãos de Norte para Sul, passou a existir uma grande instabilidade nos limites territoriais portugueses. Sucessivas escaramuças entre cristãos e muçulmanos faziam variar constantemente a posse dos núcleos urbanos. O enorme esforço humano e económico necessário para concretizar e manter tal posse condicionou significativamente os parâmetros económicos e culturais de grande parte do território, os quais foram durante os séculos XI e XII extremamente precários²⁸.

Entre finais do século XII e inícios do seguinte constatou-se genericamente por todo o Ocidente cristão um avassalador movimento de repovoamento das cidades então conquistadas, e de progressiva ocupação rural²⁹.

Os limites do mundo, até então conhecido pelos cristãos dilataram-se, transmitindo um sentimento de segurança há muito esquecido. Os primitivos e incultos baldios tornaram-se campos de cultivo, afastando terrores imaginários das portas das limitadas urbes fortificadas. Em alguns locais do território português cristão, o que os monges beneditinos concretizavam no interior dos seus imensos e amplos mosteiros, através da planificação agrícola, serviu de escola à população rural que progressivamente foi transformando vastas áreas de mato em terrenos produtivos.

De igual modo, em outros locais, o saber muçulmano da prática agrícola perdurou no período pós-reconquista, permitindo o desbravamento de mato, a larga ampliação das áreas cultivadas e a obtenção e distribuição racional dos indispensáveis recursos aquíferos dos subsolos.

As abundantes colheitas agrícolas resultantes da situação de pousio forçado dos terrenos facultaram abundância de colheitas e, aos novos agricultores, o armazenamento da quantidade de alimentos necessária à sua subsistência. Mais ainda, permitiu a venda dos produtos excedentários noutros núcleos urbanos então já mais acessíveis.

Simultaneamente ao povoamento e cultivo dos campos, as urbes desenvolvem-se de maneira acentuada, não só repovoando-se mas também retomando a produção de uma quantidade e variedade de bens relevantes para todo o processo de desenvolvimento medieval³⁰.

As condições de vida da população melhoraram gradualmente, garantindo simultaneamente a circulação monetária, cuja mais valia retornava, agora já pacificamente, às urbes, através da aquisição de outros bens, uns essenciais, outros tornados necessários à época. As trocas comerciais entre o meio rural e a cidade, e entre esta e as urbes circundantes intensificaram-se³¹. Novas necessidades são criadas e mantidas, permitindo sustentar toda esta complexa estrutura emergente de produção, que, não sendo ainda excedentária, garantia a subida generalizada do nível de vida.

A grande força humana indispensável a esta expansão nos antigos núcleos, de início muito despovoados, ou até semidestruídos com as investidas bélicas da reconquista cristã, provém dessa população rural, urbanizada por interesses preponderantemente económico-sociais.

A população campesina que então se fixa nas cidades transmite-lhes o seu cunho de rusticidade através dos seus hábitos, mas, simultaneamente estas impõem-lhes todo um outro novo modo de vida que os deslumbra³².

A moeda, que anteriormente era utilizada essencialmente por mercadores, passou a ser de uso comum, substituindo a troca directa nos mercados dos diversos produtos. Serviu contudo, também, para facilitar as cobranças e transporte, dos mais diversos impostos devidos ao rei, e essenciais para custear a acção militar da reconquista e seguintes acções de consolidação de fronteiras.

A necessidade da ocupação de pontos-chave do poder nas novas cidades tomadas proporcionou a permanência de pessoas vindas por vezes de longe, para locais recém conquistados³³.

De início, verificou-se dificuldade na adaptação ao novo valor económico em desuso por parte do povo e a existência de inúmeros estropiados resultantes das guerras da reconquista cristã, pessoas que sem família nem ofício, vieram aumentar significativamente o número de pobres³⁴.

As deslocações populacionais que se concretizavam, ou a nível militar ou posteriormente a nível de ocupação efectiva das terras e edificações, foram razões da existência de uma população deslocada das suas raízes familiares e espaciais. Essa nova população, que passava a constituir a classe dominante, dificilmente conseguiria num curto espaço de tempo reconstituir e estabilizar toda uma sociedade, muito fragilizada com as contínuas acções de guerra³⁵.

O território português, na sua globalidade, foi desde tempos remotos local de encruzilhada de civilizações e culturas muito diferenciadas.

Se, nos campos, as populações dispersas, isoladas e menos numerosas se mantiveram fiéis às mais antigas tradições, transmitidas de geração em geração, nas principais urbes foram distintas as maneiras de estar, pensarem e sentir, provenientes de sucessivos povos invasores, o que dinamizou sucessivas transformações.

Os membros da alta nobreza da época, direccionados essencialmente, desde a mais tenra infância, para darem resposta a situações bélicas, em pouco contribuíram para a melhoria das condições socioculturais das populações.

O território conquistado, sujeito a constantes guerras durante décadas sucessivas, encontrava-se despovoado e com mato em largas extensões. A população, escassa, concentrava-se em pequenos aglomerados dispersos e situados estrategicamente em locais isolados e pouco acessíveis.

A caça e a agricultura, principais recursos para a subsistência de tais populações, eram limitadas, considerando as áreas reduzidas em que se poderiam aventurar devido à situação bélica e aos saques frequentes de que eram alvo fácil. Durante estes dois séculos de reconquista, inúmeros foram os mosteiros fundados de raiz nas novas zonas fronteiriças ou reactivados em regiões sucessivamente ocupadas pelos cristãos³⁶.

Provocada pela prolongada guerra da Reconquista e o conseqüente e necessário povoamento das recém ocupadas terras, as mais antigas famílias nobres sofreram uma quebra significativa no seu nível económico, passando progressivamente a limitar o apoio dado às casas religiosas e contribuindo indirectamente para o seu declínio económico e cultural³⁷.

A partir do século XII, com a gradual conquista do Sul do território, um número considerável de população terá debandado, rumo aos novos locais recentemente ocupados, procurando melhores condições de vida (fig. 4). O espírito de aventura, aliado à carência de meios económicos ou ao idealismo cristão extremo, foi uma das causas essenciais de tais migrações.

Inúmeras foram as albergarias e hospitais fundados, quer por iniciativa de dioceses, mosteiros ou até de particulares piedosos³⁸. Numa época de difíceis e conturbados contornos sociais, a existência de um espírito de ajuda aos mais necessitados ficou patente em acções piedosas dispersas, essenciais contudo à sobrevivência das populações mais carenciadas.

As ordens mendicantes, que com a pobreza, humildade e até argúcia dos irmãos franciscanos e dominicanos terão, de maneira significativa, e de modo marcante, influenciado a cidade de Évora. A nível urbanístico eles contribuíram também para o desenvolvimento de aglomerados iniciais, que nalguns casos específicos tiveram como referência os respectivos conventos mendicantes, caso dos Arrabaldes de S. Francisco e S. Domingos.

Poder-se-á ter uma imagem urbana das principais ruas e praças da cidade pouco antes da extinção das ordens religiosas, pois foi lançada em 1826, pela Câmara Municipal de Évora, uma empreitada referente à conservação das calçadas da cidade³⁹. Desse documento constam os seguintes locais, os quais obviamente eram áreas pavimentadas com calçada à portuguesa, em pedra de granito, como aliás ainda hoje existe em algumas delas: Alconchel, Adegas, Tinhoso, Lagoa, Porta Nova, Ancha⁴⁰, Avis, Fontes, Corredora, S. Tiago, Mouraria, Adro de S. Domingos, S. Mamede, Carreira do Colégio⁴¹, Castelos, até à esquina da Rua do Paço⁴², Mercadores, S. Pedro, Arco de S. Vicente, Ladeira, Adro de S. Domingos, Machede, Mendo Estevens, Espírito Santo, Mesquita, Raimundo, Rua do Paço, desde a Porta do Rocio, Cadeia⁴³, Porta de Moura, Adro da Sé, Infantes, Beco dos Enjeitados e Adro da Misericórdia, Terreiro de Álvaro Velho, Travessa da Graça, Torta, Capitão, Cano, Amas do Cardeal, Arquinho, Pêras, Nova, Rua da Praça do Peixe⁴⁴, Burgos e Beco da Rua do Tinhoso.

Interessante é verificar que nessa data, e por razões práticas, os dois locais centrais da cidade destinados a mercados, espectáculos de touros e actos públicos encontravam-se apenas em terra batida⁴⁵.

Os arruamentos dos subúrbios limitavam-se ao Rocio, calçada da Fonte Nova, do Chafariz das Bravas até à ribeira do Biscaia, calçada da Cruz da Picada, do Buraco de Cogulos até ao Chafariz dos Leões e estrada da Porta de Machede até ao moinho do Guerra.

EIXOS CIDADINOS

Uma das características essenciais da cidade medieva é que, apesar da diversidade de tipologias urbanas, ela cresce invariavelmente do centro amuralhado para um ou mais espaços abertos, junto às respectivas portas da fortificação, e que serão preferencialmente futuras praças⁴⁶.

Os primitivos rocios, situados junto às portas da cidade, e geralmente na posse das Câmaras, seriam assim espaços por excelência que, devido à sua amplitude e propriedade, permitiam terrenos disponíveis para a construção, por mais singela que inicialmente ela pudesse ser.

No caso de Évora, o vasto Rocio da cidade deu origem, no exterior da principal Porta medieva da cidade (a primitiva Porta de Alconchel⁴⁷), a uma ampla área gradualmente nivelada para uma mais eficaz utilização do espaço em toda a sua amplitude. Sendo que no interior da referida porta o pequeno terreiro que ainda subsiste, quase que é imperceptível.

Com a progressiva definição, ao longo dos séculos, da Praça Grande (actual Praça de Giraldo) na sua forma, posicionamento na cidade e funções comercial e cívica que desempenhava é relativamente fácil, e possível fazer coincidir os principais vectores de crescimento da urbe medieva, com as direcções Noroeste e Sueste⁴⁸.

As formas das sucessivas Praças que progressivamente se foram construindo ao longo dos séculos, com a constituição de novos tecidos urbanos e os respectivos eixos nelas inseridos, dão-nos uma imagem de como e porque Évora (fig. 5) cresceu durante esse período⁴⁹.

Refira-se contudo que a cidade podia na sua malha medieva recuperar memórias, de uma ou mais das suas antigas implantações ou eixos dominantes, da “Évora” romana, goda e árabe, ou simplesmente ignorá-los. Seriam dados subjacentes que, persistindo em épocas seguintes, provavam não só o desempenho de um papel importante no passado, mas também no presente. Posteriormente inúmeras foram as mudanças urbanísticas concretizadas no núcleo amuralhado de Évora. De entre muitas outras, referiram-se situações dispersas que permitem ver a disparidade de acções levadas a cabo pelas edilidades eborenses e munícipes em geral (fig. 6).

Pode afirmar-se que após a saída da corte da cidade de Évora, o crescimento urbano estagnou. A forma urbana e o reticulado existente permaneceram sem alterações significativas durante os dois

séculos seguintes. Apenas em finais do século XIX e inícios do século XX, se começaram a realizar algumas alterações que modificaram a imagem da cidade.

Tais mudanças induziram a seguintes alterações de pontos de afluência e, posteriormente, a alterações na hierarquização dos respectivos eixos de acesso. Obviamente que durante tantos séculos esses acertos no tecido urbano foram igualmente numerosos, contudo reportamo-nos apenas alguns dos verificados ultimamente, e que são exemplo do referido.

– Na Praça de Sertório, antiga Praça do Peixe, foi demolido em 1948 parte do antigo Mosteiro do Salvador⁴⁵⁷ para construção do edifício dos Correios e em 1951 é aberta a Rua de Olivença e remodelada a Travessa de Sertório, Rua do Salvador e Rua do Menino Jesus.

– Igualmente na Porta de Moura verificaram-se alterações de vulto, nomeadamente com a abertura de um largo, obtido através da demolição do chamado Palácio do Farrobo, e em 1963 com a construção do Palácio da Justiça. Do antigo e acanhado espaço envolvente ao Mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso pouca memória ficou. A amplitude e desafogo da actual área deixam adivinhar drásticas demolições.

– Durante a segunda década do século XX, na Praça de Giraldo, o que restava do antigo edifício da Câmara foi substituído pela volumetria de construção do Banco de Portugal; em 1955, os Armazéns do Chiado pelo Montepio Geral, abrindo o Café Arcada em 1942 e o Posto de Turismo da C.M.E. em 1957. A centralidade do espaço (fig. 7) encontra-se actualmente plenamente demonstrada pelas inúmeras instituições bancárias que progressivamente se têm instalado na referida praça, área onde os valores de venda ou arrendamento por metro quadrado de construção atingem verbas muito elevadas⁵⁰.

A valorização deste local, de inegável centralidade urbana, tem sido efectuada através da realização de diversas obras. São exemplos: na década de 50, do século XX, o empedrado das arcadas de Évora, nomeadamente na Praça de Giraldo, Rua João de Deus e Rua da República, onde o pavimento foi substituído por lajedo em granito, material à data considerando mais "nobre" e com maior imagem de "antiguidade"; em 1949 foi igualmente reduzido o tabuleiro central da Praça de Giraldo e, em 1968, remodelada a envolvente à fonte do Aqueduto da Água da Prata; no início do século XXI o pavimento da Praça foi totalmente alterado, permanecendo apenas o padrão gráfico do tabuleiro central, contudo do confronto entre peões e veículos resultou um projecto limitado, considerando que a solução concretizada não foi suficientemente audaz de modo a condicionar o trânsito na praça⁵¹.

Nesta sequência de obras remodelaram-se áreas directamente relacionadas com as Portas D. Isabel, Nova, de Moura e primitiva de Alconchel.

Verificaram-se contudo também repercussões nos diferentes eixos urbanos com elas relacionados, considerando que se secundarizou a Porta D. Isabel e se puseram em destaque as Portas Nova, de Moura e primitiva de Alconchel, embora esta última somente como área pedonal.

Houve projectos que felizmente não conseguiram ser concretizados em todas as soluções preconizadas. Foi o caso do Antepiano de Urbanização de Évora efectuada pelo arquitecto Nikita de Gröer em 1959 no qual, entre outras propostas é indicada a abertura de uma avenida ligando os largos dos dois principais conventos medievos eborenses, S. Francisco e S. Domingos, passando pelo espaço do antigo Mosteiro de Stª Catarina. Esta via seria implementada à custa de demolições, as quais se acentuariam em locais determinados de modo a facultar o aparecimento de espaços intercalares, de dimensão marcante, destinados a bolsas de estacionamento. Tal proposta foi uma das não concretizadas.

Realce-se que os actuais eixos radiais (fig. 8) da Rua da República (antiga Rua do Paço), relativamente a S. Francisco; Rua Cândido dos Reis (antiga Rua da Alagoa) e Rua José Elias Garcia (antiga Rua da Porta Nova) relativamente a S. Domingos; Rua Serpa Pinto (antiga Rua de

Alconchel) relativamente a Santa Clara; e Ruas de Machede e Mendo Estevens (embora esta última não fosse antigamente de inserção, mas sim estruturante) relativamente a Nossa Senhora do Paraíso, mantêm a importância antiga, hoje reforçada pelos sentidos obrigatórios do trânsito motorizado⁵².

É ainda de realçar que os antiquíssimos eixos radiais, (fig. 9) estruturantes da cidade, frequentemente se mantiveram, apenas realinhados e redimensionados⁵³.

Em Évora, muralhas, mosteiros, conventos, igrejas, paços municipal e régio constituíram, ao longo dos séculos, marcos relevantes da cidade, reflectindo-se na estrutura urbana a importância assumida pelos vários poderes que simbolicamente representavam. Da forma de apropriação do espaço disponível na cidade, assim como das hierarquias dos diversos poderes dominantes e construções de origem que chegaram aos nossos dias, resultou uma forma urbana singular (fig. 10) e determinante na imagem de Évora⁵⁴.

Sendo Évora uma cidade antiquíssima, muito desse traçado e imagem modificou-se ao longo dos séculos o bastante para se tornar irreconhecível aos olhos da actualidade⁵⁵. Contudo, o espírito desta cidade emana dessa sucessão de “cidades” moldadas ao longo dos tempos por distintas culturas e religiões.

Em cada época, hábitos de vivência, ocupação de espaço e cultos diferenciados foram o fio condutor de uma cidade que perdurou segundo o imaginário dos seus habitantes.

A sua dimensão, tal como a consideramos hoje, variou muito, enchendo-se e esvaziando-se de população de acordo com as condições específicas de cada época. Invasões, guerras, epidemias, fomes, migrações, corte, clero, ordens religiosas, foram determinantes para a sua evolução (fig. 11).

A sua imagem não assumiu características monumentais, não obstante os inúmeros edifícios magníficos que ao longo dos séculos nela foram sendo erigidos. A sua monumentalidade foi suplantada pela escala humana que conseguiu preservar (figs. 12, 13, 14 e 15), permitindo assim, ainda hoje, que nos deslumbremos pelo inesperado.

A dimensão humana manteve-se tanto na traça da área amuralhada como no tipo de construções que aí permanecem⁵⁶.

Na cidade (fig. 16), o que perdurou a nível urbanístico ao longo dos séculos, poder-se-á classificar genericamente como de boa qualidade. O apuramento de soluções através de uma natural economia de meios e minimização de recursos permitiu uma permanência de propostas e a formação de um elo com o seu passado urbano. As soluções adoptadas foram aferidas por usos diversos de sucessivas gerações, tendo sido apenas pontualmente postas em causa por drásticas mudanças no modo de vida da sua população (figs. 17 e 18).

Qualidade inerente a qualquer boa solução é a sua polivalência e maleabilidade, que lhe permitirá facilmente, sem bruscas mudanças, sofrer ajustes a essa vivência urbana. É este moldar constante e não perceptível, de uma cidade, que lhe confere qualidade única e intemporal, de continuidade.

¹ O Monte de S. Bento de Cástris é um dos locais onde, com alguma facilidade, pontas em sílex se encontravam.

² A poucos quilómetros de Évora, na aldeia de S. Manços, foi recentemente descoberta uma área de ocupação romana situada na zona de expansão habitacional, anexa à antiga estrada nacional. Há alguns anos tinha sido encontrada, descontextualizada, uma delicada peça em bronze que terá

pertencido aos proprietários dessa villa romana. A riqueza de tal obra de arte permite-nos avaliar o nível cultural, económico e social dos proprietários da exploração agrícola.

Também em Évora, mas mais afastada, a villa da Tourega mostra-nos, entre outras coisas, mosaicos decorativos e banhos particulares.

³ O antigo caldarium do balneário romano perdurou construtivamente até ao século XXI através de uma sala erigida posteriormente sobre as antiquíssimas fundações romanas.

⁴ O cardo e o decumano romanos persistem igualmente até hoje, embora com as desfocagens resultantes de vinte séculos, e três culturas bem diferenciadas que se lhes sucederam.

⁵ "...e observamos o pavimento em pedra das ruas, pelos pés da multidão já gasto...". Lucrécio faz-nos antever nesta curta frase as lajes quadrangulares com que as ruas eram cobertas em profusão para "lustre da cidade". RESENDE, André de, *As Antiguidades da Lusitânia*, introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes sobre a edição de 1593, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, p. 173.

⁶ "...e não desgastes a antiga calçada ao longo da qual, pelas colunas bem velhas, se enche de musgo o nome de César". Erguiam-se colunas, com as respectivas inscrições dos construtores, benfeitores e distâncias, dividindo o percurso de mil em mil passos. As vias cruzavam até os locais mais pantanosos e fundos, deitando-se sobre a terra o agger, ou entulho, para por cima estenderem a camada de pedra irregular e grosseira que formava a plataforma transitável. André de Resende descreve-nos a estrada entre Castro Marim e Beja, com um total de 257 mil paços, a qual cruzava Évora seguindo em direcção a Serpa. À época eram nítidas as calçadas e pilares, com respectivas bases, que compunham a via, assim como duas pontes em ruínas, uma delas sobre o rio Xarrama. Sobre o assunto: RESENDE, André de, *As Antiguidades...*, ob. cit., pp. 174 e 176-178.

⁷ Inúmeras são as lendas atribuídas, algumas possivelmente com fundamento. De entre muitas refira-se Amador Patrício, que afirmou a existência de um edifício fortificado defronte da torre do antigo mosteiro do Salvador. A partir dessa fortaleza terão sido construídos "dois passadiços, ou minas por baixo do chão por onde podia ir hum homem muito a seu gosto. Huma hia sahir ao campo, onde agora está Nossa Senhora do Espinheiro [...] a outra hia para hum torre, que hoje está em pé no outeiro de São Bento". Cf. PATRÍCIO, Amador, *Historia das Antiguidades de Evoa*, Primeira parte repartida em dez livros..., ob. cit., p. 159.

⁸ Amador Patrício descreve esta época como de denso povoamento, em extensas áreas da actual cidade. A mistura e assimilação entre as duas culturas terão sido grandes, chamando este autor aos residentes da cidade de "Portugueses-Godos". PATRÍCIO, Amador, *História...*, ob. cit., p. 240.

⁹ Tal solução foi a adoptada em outros locais do país, por exemplo na necrópole visigótica de Alter do Chão. Em Évora, muito perto de S. Francisco, quando da construção recente de contentor enterrado para recolha de resíduos sólidos, foi posto a descoberto um canal de material construtivo muito similar e coberto por lajes irregulares em material pétreo. A característica construtiva de tal estrutura, diferenciada de tudo o até agora encontrado na cidade, pode indicar uma época remota de ocupação goda ou a persistência do tipo de alvenaria.

¹⁰ Sobre o assunto consultar José Mattoso que propõe uma interessante reconstituição em planta do primitivo núcleo amuralhado de Évora. Cf. MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de, *História de Portugal...*, ob. cit., vol II, p. 245.

¹¹ O Código de Alarico permite-nos supor uma sociedade bem organizada e com preocupações éticas e morais bem definidas, assim como grande tolerância relativamente a diferentes culturas, nomeadamente judaica e cristã. Sobre o assunto: ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja...*, ob. cit., vol. I, pp. 51 e 55-56.

¹² Marmelar é exemplo dessa época remota, existindo ainda restos preciosos de um antigo mosteiro, local de contínua crença cristã que permaneceu viva até à actualidade, com a devoção à relíquia do Sagrado Lenho aí existente. Sobre o assunto: FIALHO, Pe. Manuel, *Évora...*, ob. cit., pp. 64-67.

¹³ Sobre o assunto: MACHADO, José Pedro, «Évora Muçulmana», *A Cidade de Évora*, n.ºs 17-18, Évora, 1949, pp. 329-334; SIDARUS, Adel em colaboração com BORGES, Artur Goulart de Melo, «A Nova Fundação de Évora no Princípio do Século X», *Actas do Congresso sobre o Alentejo – Semeando Novos Rumos*, Évora, 1985, vol. I, pp.191-197; BARROS, Maria Filomena Lopes de,

«Mouros», Dicionário de História Religiosa de Portugal, direcção de AZEVEDO, Carlos Moreira, Circulo dos Leitores, Lisboa, vol. J-P, pp. 279-284.

¹⁴ Cf. PATRICIO, Amador, História..., ob. cit., pp. 272-273. Segundo este autor uma das mesquitas, a maior, seria no antigo templo romano, e a outra no topo da Praça de Giraldo, local onde hoje está o Banco de Portugal. Aí seria também a livraria, logo exterior à primitiva muralha defensiva hoje conhecida.

¹⁵ Em 586, Évora já se encontra sob jugo Godo, permanecendo assim até 715, data em que foi tomada por povos muçulmanos, oriundos do Norte de África. Cf. CARVALHO, Afonso de, Da toponímia de Évora, dos meados do século XII... , ob. cit., vol. I, pp. 33 e 36.

¹⁶ As inúmeras lápides funerárias provenientes da basílica paleocristã de Mértola são prova dessa abertura religiosa: as múltiplas datações nelas inscritas abrangem o século VI e apresentam belíssimos símbolos cristãos da época. Cf. ALMEIDA, Fortunato, História..., ob. cit., vol. I, pp. 56-57.

¹⁷ Foi o caso da cidade de Évora onde é nítida a diferenciação construtiva em vários panos da primitiva cintura de muralhas. À muralha, apressadamente construída por romanos em tempo de invasões bárbaras, foram sucedendo outros troços reerguidos, completados ou reformulados, em séculos seguintes. Sobre o assunto: LIMA, Miguel Pedroso de, O Recinto Amuralhado de Évora: Subsídios para o Estudo do seu Traçado, dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora, 1995 [texto policopiado].

¹⁸ Évora esteve sob poder muçulmano entre 715 e 1166.

¹⁹ A importância que a proximidade do mar assume é grande, pois era através dele que a produção autóctone se escoava, principalmente para África. Efectuava-se, por sua vez, a importação de produtos mais raros, de proveniência longínqua, como tecidos finos e ricos importantes para a cultura muçulmana.

²⁰ Cf. MERCADAL, J. Garcia, Viajes de Etranjeros por España y Portugal, p. 188; MACHADO, José Pedro, «Évora Muçulmana», A Cidade de Évora, n.ºs 17-18, Évora, 1949, pp. 331-332.

²¹ À data, o território português encontrava-se dividido em sete dioceses, cujas sedes se localizavam respectivamente em Braga, Lisboa, Porto, Coimbra, Viseu, Lamego e Évora. Só mais tarde se restauraram outras duas, das antigas dioceses, transferindo os seus centros para a Guarda e para Silves.

²² A partir de 1143, quando morre em Marrocos o emir do reino, e até 1151, quando finalmente são eliminadas todas as rebeliões separatistas na Península Ibérica, nomeadamente em Évora, verificaram-se incursões violentíssimas a partir do Norte de África para aniquilar os chefes muçulmanos revoltosos.

²³ Para além destes freires, a ordem militar do Templo esteve igualmente em Évora, já se encontrando no Ocidente peninsular pelo menos desde 1126, data em que receberam doações de D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques. O seu objectivo era libertar a Península de muçulmanos, tornando seguras as rotas, terrestres e marítimas das peregrinações com destino ao Oriente cristão. A Ermida de S. Pedro, em Évora, era comenda desta Ordem, evidenciando a importância destes monges na cidade.

²⁴ É já durante o reinado de D. Sancho I que os mouros investem novamente contra a cidade destruindo-lhe os campos de cultivo, mas não conseguindo tomá-la. O privilegiado local dos freires de Évora dominava toda a vasta área em redor, sendo um dos poucos sítios na cidade onde é visível um maciço rochoso, no presente caso, sobre o qual foi construído o castelo defensivo. Cf. FIALHO, Pe. Manuel, Évora..., ob. cit., p. 47.

²⁵ A partir desta data fica assim o poder religioso com vastas áreas no termo da cidade, existindo terrenos livres para as recentes ordens religiosas. Na cidade, os freires cavaleiros ficaram com os “castelos” e “palácios”. É de realçar a utilização, no texto primitivo, do plural em ambas as palavras, pressupondo assim a existência, nesta cidade de Évora, e à data, de mais de um castelo e palácio. Teriam passado dezanove anos após a conquista da cidade aos mouros pelo que seriam obviamente construções já existentes, de relevo, que passaram para a posse do rei mantendo a sua dignidade anterior. Cf. FRANCO, Pe. António, Évora..., ob. cit., p. 49.

²⁶ Ibid.

²⁷ Mais tardiamente, pelo numerário de 1527, Évora era a primeira cidade do Alentejo com 3600 vizinhos. Nas “Memórias Paroquiais”, datadas de 1758, à questão específica do número de

vizinhos e de pessoas da cidade de Évora é respondido que “no auge da sua grandeza contou com catorze mil vizinhos, contudo com a ausência da corte passou a pouco mais de quatro mil com onze até treze mil pessoas”. No ano de 1911 já eram 17907 habitantes. Cf. GRILLO, M^a. Ludovina, «O Concelho de Évora nas Memórias Paroquiais de 1758 (conclusão)», A Cidade de Évora, II série, n.º 1, Évora, 1994-1995, p. 120; e FIALHO, Pe. Manuel, Évora..., ob. cit., p. 50.

²⁸ Os limites da região entre Douro-e-Minho normalizaram-se a partir de 1064; da Estremadura, em 1147, ou seja, após oitenta e três anos; e o Algarve foi definitivamente tomado em 1249.

²⁹ A vinda de população do Norte do país foi essencial para este progressivo desbravamento de terrenos, durante anos incultos devido às guerras, e para um repovoamento das urbes, muitas delas semidestruídas e abandonadas pelos seus anteriores senhores. Sobre o assunto: MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de, História de Portugal..., ob. cit., vol. II, Lisboa, 1993, pp. 243-248.

³⁰ Muitos dos muçulmanos e judeus que aqui permaneceram contribuíram para a produção de tais artefactos, nomeadamente de artigos em pele, de ourivesaria, etc... O seu apurado sentido comercial, assim como capacidade financeira, foram igualmente determinantes para o desenvolvimento de diversas cidades já em período pós-reconquista.

³¹ A necessidade de utensílios agrícolas em quantidade, de teares e de ferramentas resistentes para a construção dos enormes complexos religiosos que então se iniciaram foram determinantes. As obras de ampliação dos antigos mosteiros assim como a construção de Sés, progressivamente tornadas grandiosas através de consecutivas campanhas de obras, foram locais de trabalho de gerações de operários.

³² Nas cidades, embora semidestruídas e com a população muçulmana cativa, os restos da cultura muçulmana que perduravam eram muito diferentes, deslumbrando os povoadores oriundos dos locais mais inóspitos.

³³ É exemplo, os freires militares que após a reconquista da cidade de Évora aqui permaneceram, a pedido do rei, para uma melhor consolidação da posição conquistada.

³⁴ Não possuindo ofício, ficava-lhes vedada a participação nas inúmeras confrarias medievais, as quais zelavam pelos interesses dos profissionais do mesmo ramo, garantindo-lhes meios de subsistência, assim como uma protecção eficaz. As vagas de peste que assolaram periodicamente as urbes igualmente potenciaram um enfraquecimento do tecido social.

³⁵ Não possuindo ofício, ficava-lhes vedada a participação nas inúmeras confrarias medievais, as quais zelavam pelos interesses dos profissionais do mesmo ramo, garantindo-lhes meios de subsistência, assim como uma protecção eficaz. As vagas de peste que assolaram periodicamente as urbes igualmente potenciaram um enfraquecimento do tecido social.

³⁶ Logo após a fundação da monarquia, grande número de antigos mosteiros deixaram as antigas regras para adoptarem a de S. Bento, como sucedeu por exemplo no de Lorvão. Cf. MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de, História de Portugal..., ob.cit., vol. II, p. 185.

³⁷ As despesas inerentes à guerra, a morte de muitos nobres e a carência de mão-de-obra para o cultivo dos domínios senhoriais foram factos determinantes para esse empobrecimento.

³⁸ Em finais do século XV, existiam na cidade de Évora diversas pequenas albergarias ou hospitais que tinham como missão acolher romeiros, pobres e peregrinos, assim como tratar enfermos. De entre outros, são de referir: S. João de Jerusalém, um dos mais antigos hospitais do país; Corpo de Deus da Sé; Santo Antoninho; S. Bartolomeu, situado fora da Porta de Avis; S. Gião; S. João, perto da Porta de Moura; S. Salvador, situado na Rua das Fontes e anexado ao de Jerusalém no ano de 1391; Espírito Santo; S. Bento, situado junto ao mosteiro de S. Bento de Castris e destinado a leprosos; S. Francisco, situado junto ao convento franciscano; Santíssima Trindade, anexado no século XIII ao do Corpo de Deus; S. Brás, destinado aos doentes da peste de 1479. A partir de 1495, a maioria destes hospitais, assim como as respectivas rendas, foram centralizados no do Espírito Santo, situando-se este, então, em amplo espaço potencialmente destinado a futuras ampliações. É hoje, ainda este o espaço onde se situa o actual hospital distrital.

³⁹ Cf. Livro de actas da Câmara de Évora, 1824-28, vol. 60, ff. 91 e Seg., Arquivo Municipal, B.P.E.

⁴⁰ Actual Rua João de Deus.

⁴¹ Actual Rua Serra da Tourega.

⁴² Actual Rua da República.

⁴³ Parte da actual Rua Romão Ramalho.

⁴⁴ Actual Travessa de Sertório.

⁴⁵ Tal facto confirmou-se recentemente com as obras de remodelação de infra-estruturas efectuadas nas referidas Praças de Giraldo e de Sertório (antigas Praças Grande e do Peixe). É contudo de notar que na Praça de Sertório, se encontrou um pavimento impermeável com aspecto bastante, antigo o qual não chegou a ser datado.

⁴⁶ Praça de Giraldo relativamente à primitiva Porta de Alconchel, Largo Luís de Camões à Porta Nova e Largo da Porta de Moura relativamente à respectiva porta são exemplos referentes à época medieva. Já recentemente não raras vezes se mantém o mesmo tipo de crescimento urbano sendo exemplos: o espaço livre exterior à Porta de Alconchel, onde o Convento dos Remédios e a Igreja dos Salesianos limitam área com potencial de praça pedonal, sendo apenas para tal necessário a reformulação de troço de arruamento e de área expectante; o Rocio, relativamente à Porta do Rocio, que igualmente já foi alvo de estudos tendentes à reconfiguração urbanística da área municipal.

⁴⁷ Situada possivelmente mais para o lado Noroeste da actual Praça de Giraldo.

⁴⁸ Percurso natural exterior à primitiva muralha que ligava o território situado a Norte com a zona a Sul.

⁴⁹ As posteriores e mais significativas Praças tiveram como génese Arrabaldes que as foram progressivamente formando. São exemplos: o Arrabalde de S. Francisco que deu origem ao Terreiro da Igreja de S. Francisco, o qual após consolidação formou um largo e que actualmente faz parte do Largo 1º de Maio; o de S. Domingos com o primitivo Terreiro, constituído de seguida em largo e que actualmente faz parte da Praça Joaquim António de Aguiar; o de Santo Antoninho com o Terreiro inicial que terá integrado posteriormente a actual Praça de Giraldo/Rua João de Deus.

⁵⁰ Segundo Afonso de Carvalho, existiu até ao século XV uma porta com esta designação junto à Ermida de S. Miguel; contudo, a partir desta data o topónimo passou a designar a porta existente junto à Torre das Cinco Quinas, fronteira à igreja do Mosteiro de Santa Mónica. Sobre o assunto: CARVALHO, Afonso de, Da toponímia..., ob. cit., vol. I, pp. 67-68.

⁵¹ O que persistiu é de grande valor artístico e histórico, embora à presente data em péssimo estado de conservação. Tanto a área adstrita à Diocese como a do IGESPAR encontram-se em grande abandono. O projecto, que está a ser equacionado, de um arquivo documental instalado na Igreja e coro baixo, deverá salvar da ruína parte do espaço embora limite a restante área do conhecimento público. O conjunto, contudo, terá de ser visto como um todo, que indubitavelmente é, e valorizado globalmente com a criação de um espaço museológico integrando o magnífico coro baixo, sacristia, igreja e torre de fresco. Quanto à restante área seria apropriado para a instalação do necessário arquivo e das zonas anexas indispensáveis (exemplo dos gabinetes de trabalho, benéficos à consulta de documentos por investigadores, e indispensáveis ao tratamento das peças em depósito, as imprescindíveis áreas de serviço, tantas vezes "olvidadas" por carência de espaço, etc.). Localização excepcional, especificidade e diversidade de acessos ao seu interior viabilizam facilmente uma óptima utilização do conjunto.

Adenda: enaltece-se o entendimento verificado recentemente entre as duas entidades o que vai proporcionar à cidade, já a partir de 2011, um espaço único gerido conjuntamente e de grande valor cultural. A proposta de integrar o conjunto, nomeadamente a sua torre mirante, na Rota das Torres, projecto em fase de implementação, poderá ser uma mais valia para o conjunto.

⁵² De referir que a Rua Mendo Estevens só recentemente passou a ligar directamente com o exterior da área amuralhada.

⁵³ Por exemplo a Rua D. Isabel a qual corresponderia antiga via romana.

⁵⁴ Ao longo dos séculos por exemplo, a construção de torres, adequadas às diferentes funções e a sua implantação no meio urbano constituíram marcas fortes na cidade. Com a sua desactivação os antigos espaços livres, inerentes às primitivas funções de algumas delas, contribuíram para a constituição de novas áreas urbanas.

⁵⁵ Em Évora viveram numerosos judeus e mouros, em bairros próprios, depois de 1166 e até ao reinado de D. Manuel I. Populacionalmente, e pelo Numeramento de 1527, Évora era a primeira cidade do Alentejo, com 3600 vizinhos. Nas Memórias Paroquiais datadas de 1758 é referido que "no hauje da sua grandeza contou com catorze mil vizinhos, contudo com a ausência da corte passou a pouco mais de quatro mil com doze a treze mil pessoas". Em 1911 possuía 17907

habitantes e no ano de 2007, igualmente na área amuralhada, apenas 5668 de acordo com o Diagnóstico geral das Freguesias do Centro Histórico de Évora.

⁵⁶ Mais de 3 km de muralhas que cercam cerca de 107 ha de área urbana.